



Sociedade e educação patrimonial

Ana Carmen Amorim Jara Casco

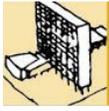
O diálogo encenado entre o Estado e a sociedade no cenário do 1º Encontro Nacional de Educação Patrimonial, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), de 12 a 17 de setembro de 2005, em São Cristóvão/Sergipe, revela surpresas ao mesmo tempo em que reafirma lugares comuns.

O Encontro representou para o Iphan, um momento de síntese no processo de desenvolvimento de ações educativas e de realização de encontros e debates, concretizados nos últimos anos, e que têm por objetivo desdobrarem-se na elaboração de diretrizes e desenho de uma política institucional para o campo.

As ações educativas, voltadas para a preservação do patrimônio e desenvolvidas pela sociedade, aparecem como iniciativas de grupos que assim entendem ser seu papel ou que resolvem ocupar o vazio deixado pela ausência de uma ação efetiva do Estado (municípios, governos estaduais e governo federal) nesse campo.

É possível pensar que existam outras, inúmeras e complexas explicações para esse fato, mas proponho refletirmos sobre essas duas inicialmente.

Considero que as iniciativas da sociedade nesse campo representam avanços e um diferencial bastante significativo em relação a como os projetos de educação, voltados para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, foram pensados ao longo da história da preservação no Brasil, desde a sua origem oficial em 1937. Assim como as iniciativas dos movimentos sociais em exercer seu direito de escolha de bens a serem preservados, atribuir valores, encaminhar propostas de tombamentos e registros, a realização de ações educativas espelha uma disposição da sociedade em compartilhar, de maneira responsável, as ações de preservação do patrimônio



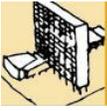
cultural brasileiro. Essas transformações são, a meu ver, uma atualização positiva da atitude social frente aos desafios que a complexidade da vida contemporânea nos coloca, especialmente se considerarmos as visões iniciais que remetiam sempre para um processo de cima para baixo – do Estado em relação à sociedade – no sentido de conscientizar, dar conhecimento, inculcar valores etc.

Hoje lidamos, aparentemente, com a polaridade de duas situações: a iniciativa da sociedade, a partir de seus próprios pressupostos, de realizar ações, de cunho educativo, voltadas para a preservação do patrimônio e da memória de grupos sociais e em determinadas situações de risco, abandono, descaso e desvalorização; e a demanda por uma ação mais sistemática e agressiva do Estado que poderia se materializar, em princípio, através da cobrança pela elaboração e difusão de metodologias, normas e diretrizes que ajudassem a organizar esse campo.

A primeira saudável conclusão a que talvez se pode chegar é a de que não é possível organizar o campo das ações de educação patrimonial desenvolvidas pela sociedade com metodologias e normas. Por sua vez, a elaboração de diretrizes para definição de uma política de patrimônio voltada para a educação, assim como uma política de educação voltada para a preservação do patrimônio e da memória, cuja responsabilidade é efetivamente do Estado através de seus distintos ministérios e instituições, deve considerar os diferentes universos como o da educação formal, o dos espaços culturais como os museus, assim como o vasto território das iniciativas empreendidas pela sociedade, com as liberdades e restrições que cada espaço impõe e aceita. Além do mais, é importante que fique claro que tais diretrizes devem orientar a ação institucional, e não regular o campo social que precisa ter independência e criatividade próprias para inventar e sugerir trabalhos de educação patrimonial.

A reflexão necessária à elaboração de diretrizes (para definição de uma política) deve considerar o estabelecimento de alguns conceitos básicos que, por sua vez, serão orientadores de como essas diretrizes podem se transformar em ações concretas.

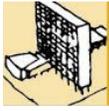
Elaborar projetos educativos voltados para a disseminação de valores culturais, formas e mecanismos de resgate, preservação e salvaguarda, assim como para a recriação e transmissão desse patrimônio às gerações futuras é, sobretudo, um projeto de formação de cidadãos livres, autônomos e sabedores de seus direitos e deveres.



A participação da sociedade nessas iniciativas, compartilhando projetos ou os realizando de per si, por outro lado, indica que existe um componente democrático na estruturação de ações educativas que hoje lidam não apenas com a reafirmação de valores consagrados, mas com o desafio de preparar o solo para a permanente sementeira de novos valores. O que se pode pensar é que tal tarefa precisa de algumas mediações e articulações e será pouco produtiva se o Estado não conseguir desenvolver mecanismos de escuta acurada, assim como abrir canais efetivos de participação no interior da sociedade que gera, alimenta e reproduz o processo cultural no qual se inserem os objetos, as manifestações, os símbolos e os significados tão caros ao patrimônio e à memória brasileiros.

A participação será fictícia ou retórica se os atores responsáveis pelos pactos que conformam a democracia não assumirem as responsabilidades e desconhecerem os direitos que adquirem a partir das negociações que fizerem. Cabe ao Estado esclarecer, informar, tornar transparentes seus processos e mecanismos de atuação; cabe à sociedade cobrar, fiscalizar, usar com criatividade a liberdade que tem de buscar alternativas para responder à realidade. Enfim, poderíamos gastar parágrafos neste artigo listando o que caberia a cada um na partilha de projetos democraticamente construídos, o que talvez cansasse o leitor e não esgotasse todas as possibilidades existentes.

Entretanto, é preciso considerar que tanto a educação como a preservação do patrimônio e da memória estão inscritas em territórios distintos como o político, o econômico e o social. No que diz respeito ao território social e aos elementos que o estruturam podemos dizer que uma das dimensões das ações educativas e de preservação é aquela constituída por interesses afetivos e, eu diria até, amorosos que são, por sua vez, transformadores. Ensinar o respeito ao passado, mais do que a sua simples valorização, é contribuir para a formação de uma sociedade mais sensível e apta a construir um futuro menos predatório e descartável, menos submetido à lógica econômica de um mercado cada vez mais voltado para os jovens, seus hábitos e seus gostos (ou a falta e a volatilidade destes). É construir uma sociedade que respeite seus velhos como portadores de saberes e tradições que precisam e devem ser reinventados ou transmitidos, em sua integridade, às gerações futuras. Uma sociedade culta é uma sociedade cultivada, seja pelos meios formais de educação – a escola –, seja pelos informais – a família, os mestres, as práticas sociais etc. E será culta, no sentido mais amplo de portadora de uma cultura, na medida em que for capaz de escolher, no passado e no presente, aqueles – objetos, signos, pessoas, tradições etc. – com os quais quer construir sua linha do tempo no mundo.



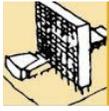
Por outro lado, sugiro pensarmos que cultivar (ou educar se preferirem) uma sociedade é uma missão que deve ser norteadada pela vontade de diminuir as desigualdades sociais acirradas pela discriminação de acesso à informação e bens, à fruição dos bens culturais, assim como pela ignorância intencional fabricada por quem detém o conhecimento e faz dele um instrumento de poder. Daí talvez se possa aquilatar a importância da cultura e da educação em operar a invisível revolução de que tanto carecem os povos do Terceiro Mundo.

Mais do que estabelecer regras e normas para organizar as ações educativas é preciso que o Iphan cumpra rigorosamente uma política de dar publicidade a suas ações, aos modos como opera, aos bens que protege (por que, para quem, de que forma protege), aos estudos que desenvolve para aperfeiçoar sua prática e cumprir a missão para a qual foi criado, aos instrumentos de que dispõe para realizar seu trabalho, enfim, é preciso informar a sociedade para que ela possa abraçar com mais tenacidade e clareza o projeto de preservação do patrimônio e da memória brasileiros.

A reflexão sobre educação e preservação do patrimônio, apoiada sobre ricas leituras como os textos da crítica literária Beatriz Sarlo, ou os da filósofa Hannah Arendt, além do acompanhamento das discussões que o Iphan vem empreendendo, permite pontuar, ainda que de maneira aberta, as qualidades que entendo devem integrar os processos educativos que viemos a desenvolver ou apoiar.

O bom processo educativo é aquele que ensina a pensar e não a repetir valores do educador; que se baseia no respeito à diferença e valorização da diversidade e que, desta forma, resiste aos processos de homogeneização do saber e sua transmissão, assim como de globalização indiscriminada e esmagamento dos valores culturais. É aquele que transmite os valores culturais “da moda” e os tradicionais; que constrói com segurança e bom fundamento a ponte necessária entre o passado e o futuro; que relativiza o tempo e intensifica a responsabilidade do papel de cada um perante sua cultura e a dos outros. A boa educação tempera o sujeito tornando-o apto a ser crítico em relação a propostas educativas que contribuam para a submissão e sujeição do educando e da sociedade a qual pertence.

Assim, a educação assumirá seu papel de agente no processo social, produtora de saber e não apenas consumidora e reprodutora de conhecimentos dados; as ações educativas voltadas para a preservação devem contribuir para a formação de sujeitos ativos e livres na construção de sua própria vida e da dimensão coletiva a ela inerente. É essa dimensão coletiva, conquistada e reafirmada, que permite ao indivíduo ressignificar termos como cidadania, participação,



responsabilidade e pertencimento. A educação pode ser um dos meios através dos quais se desvende o rosto digno da diversidade brasileira.

É importante, por fim, compreender que a educação permeia, de um modo inseparável a ação do Iphan em suas várias e diversificadas frentes de atuação. Neste sentido, ela se encontra embutida, de maneira subjetiva ou explícita, nas diretrizes setoriais da instituição, algumas das quais, a título de exemplo e para torná-las públicas, listo a seguir:

1. Valorizar a diversidade da base social na qual o patrimônio é constituído e reconhecido;
2. Reconhecer, preservar e difundir as referências culturais brasileiras em sua heterogeneidade e complexidade e considerando os valores singulares, sentidos atribuídos e modos de transmissão elaborados pela sociedade;
3. Permitir o acesso de todos aos direitos e benefícios gerados por uma política compartilhada e participativa de preservação do patrimônio cultural;
4. Promover a apropriação simbólica e o uso sustentável dos recursos patrimoniais com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural;
5. Valorizar os acervos documentais como fonte de conhecimento para o desenvolvimento das ações de preservação;
6. Atualizar e desenvolver em parceria com a sociedade, as políticas, mecanismos e procedimentos de preservação do patrimônio cultural com vistas a democratizar e ampliar o conhecimento sobre a diversidade cultural do país;
7. Promover e estimular a transmissão do patrimônio cultural e da memória social às gerações futuras.